

EDUCAÇÃO POPULAR: FERRAMENTA DE LUTA PARA A SUPERAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

José Davi Ferreira Lima

Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.

Militante da Pastoral da Juventude Rural (PJR).

davi-lima16@hotmail.com

A produção do espaço agrário brasileiro, desde a época colonial se deu excluindo, expropriando e violentando o povo originário e camponês. Esse espaço manteve suas estruturas e funções ao longo do tempo pelos pactos que houveram entre os dominadores. As profundas desigualdades que foram criadas intencionalmente, polarizaram a sociedade entre aqueles que oprimem e detém o poder político, econômico e o controle ideológico, e aqueles que são oprimidos, que somente pela via de uma educação libertadora, protagonizada pelas classes populares, podem perceber-se em tal condição e lutar pela superação da mesma. Assim, este ensaio pretende provocar uma reflexão sobre a utilização da Educação Popular para a transformação da realidade agrária opressora construída historicamente no Brasil.

A invasão do território brasileiro em 1500, implantou um modelo agrário orientado pela lógica cartesiana, moderna e ocidental, desrespeitando a cosmo visão e massacrando o povo original que já habitavam essas terras. Há a dessacralização da natureza e a fragmentação da relação homem/mulher-ambiente, pois a maneira pela qual a exploração se deu não cabia pensar a vida humana em complementariedade com meio físico, pois o que antes era sagrada passa a ser objeto de acumulação capitalista e logo depois mercadoria.

A estruturação fundiária criou os latifúndios, que serviam para produção da monocultura voltados para o mercado externo, e utilizando força de trabalho escravizada, deixando o campesinato sempre às margens da grande propriedade (STEDILE, 2005). Tal modelo tão desigual foi mantido pela dominação cultural, política e ideológica. No entanto, houve muita resistência a esse processo, tanto por parte dos povos originais, quanto pelos escravizados africanos e o campesinato empobrecido. As lutas populares sempre foram esmagadas pelo aparato militar do Estado.

Os processos ideológicos foram utilizados historicamente no Brasil para desterritorializar os povos do campo e de todas as suas riquezas naturais (água, floresta...), seja por meio da desapropriação direta ou indireta, que são frequentes e se apresentam durante um longo período de tempo por todo o território nacional, para dar espaço ao modelo capitalista que é baseado em profundas intervenções no ambiente e exploração dos seres humanos. Isso é a causa da miséria para os pobres, que para lutar contra esse processo que é hegemônico, muito articulado e extremamente violento, precisa ter clareza de contra o que está lutando e qual o projeto de mundo que se pretende implantar. Para que a luta seja fortalecida e mantida, para que haja o engrossamento das fileiras e assim a intervenção mais efetiva dos movimentos na sociedade, se faz necessário que estes baseiam-se numa metodologia que seja coerente com sua visão de mundo, ou seja, a Educação Popular. A formação das massas para a luta por libertação das opressões é urgente, pois o sistema desumanizador, violento e contraditório, que produz um espaço segregado e relações humanas opressoras avança a cada momento de diferentes maneiras.

A inserção do capitalismo no campo brasileiro se deu de tal forma que não precisou extinguir os latifúndios, o que é contraditório, pois a concentração fundiária, além de manter a terra ociosa, confere poder às oligarquias rurais, podendo entravar o desenvolvimento do capitalismo burguês urbano. No entanto, o que ocorreu foi um pacto entre as elites urbanas

e rurais, que mantiveram o país numa posição internacional de subserviência aos países imperialistas, ou seja, produzindo mercadorias para o mercado externo, principalmente commodities (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Nesse sentido a reforma agrária não foi necessária ao capitalismo no Brasil, porque fundou-se no monopólio da terra, interesses especulativos e na exploração do trabalho camponês, com forte apoio do Estado. Os avanços da técnica permitiram a mecanização da produção excluindo grande parte do trabalho laboral, o que gerou um grande exército de reserva no campo e na cidade, aumentando as possibilidades de lucros dos capitalistas. Diante disso a linha de desenvolvimento camponês foi totalmente desconsiderada (GORENDER, 1987). E como a burguesia industrial brasileira nasceu no seio do latifúndio, que sempre serviu aos interesses externos, seguiu igualmente a mesma lógica estabelecida, explorando os de casa para agradar os de fora. Portanto a industrialização nacional não teve o interesse de formar um mercado consumidor interno, mantendo, as profundas desigualdades (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Se os produtos industrializados não eram voltados para o mercado interno, não fazia sentido reduzir os custos de reprodução básica da massa trabalhadora urbana, já que esta não iria consumir bens duráveis. No entanto, essa redução dos custos se daria pela maior espoliação do trabalho dos camponeses que estivessem assentados na terra produzindo alimentos, que mesmo tendo a posse da mesma, continuariam tendo seu trabalho explorado (pelo barateamento da produção) para garantir a extração de mais-valia absoluta dos trabalhadores urbanos. O capitalismo também se apropria de formas não capitalistas (nesse caso o trabalho camponês não pago) para se reproduzir.

O modelo agrário hegemônico no Brasil que concentra a terra – como apresentam os dados do IBGE de 2006 que 45% da área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil está em posse de apenas 1% dos produtores, enquanto o número de camponeses é de aproximadamente 3.034.185 pessoas (12% dos proprietários) e sua área em hectares não alcança sequer 1% da área total – é causador de altos índices de fome e pobreza que ainda assolam o país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste onde a porcentagem de grupos pobres, extremamente pobres e vulneráveis a pobreza ultrapassa a média nacional, além dessas outras questões que estão diretamente relacionadas entre si.

O modelo institucional de educação em vigência na atualidade é direcionado para os interesses da classe dominante, por isso não permite uma leitura crítica da realidade e a atuação dos oprimidos para a transformação da mesma. A falta de leitura da palavra, mas principalmente do mundo, faz com que o povo continue oprimido, portanto o processo de libertação deve ser orientado pela permanente formação (que não exclua a leitura e ação política), que se dá nos marcos da Educação Popular. Esta é definida por PELOSO (2012) da seguinte maneira:

[...] é uma ferramenta político-pedagógica cujos objetivos permanentes são: a) traduzir, divulgar e recriar o conhecimento como força material para transformar a realidade; b) construir, divulgar e acompanhar a implantação da estratégia da organização popular como resposta aos desafios do cotidiano e da história; c) qualificar quadros militantes que se dispõem a transformar, pela raiz, a estrutura do sistema capitalista, no nível político, econômico, ideológico e cultural; d) elevar o nível de consciência da classe oprimida e incorporar o povo como protagonista; e) facilitar o entendimento e aplicação do conteúdo e da metodologia popular, comprometendo as pessoas com a multiplicação criativa (PELOSO, p 34, 2012).

Tendo clara sua posição na pirâmide social, sua função no mundo, a potencialidade transformadora de suas ações criticamente orientadas e a convicção de que a realidade agrária vigente não permite a sua realização plena enquanto seres humanos, o campesinato define

suas estratégias de luta contra seus opressores, que tanto o excluí do acesso aos meios de produção, como tenta implantar uma outra cultura que sucumbe os seus valores originais. A formação é portanto um processo político-pedagógico para a superação do modelo agrário excludente, violento e causador de misérias.

As ações devem estar sempre embasadas numa reflexão crítica, alcançada através do diálogo, pois a ação sem a reflexão se converte em um ato de ativismo, dispensando a possibilidade do diálogo. Nessa observação, o ser humano não pode dizer palavras sozinho, e nem para os outros, porém unidos, encontrados pelo diálogo, podem ser estabelecidas as discussões (FREIRE, 1987). O processo dialógico ao desvelamento da realidade, permitindo analisa-la de forma crítica e se colocar nela para transforma-la.

Essa práxis coloca as pessoas no centro do processo educativo, as tratam como sujeitos e sujeitas da produção espacial na história, mostrando que a realidade opressora não é uma condição final, porque a história não decretou um ponto final, mas é algo que está sendo, e por isso pode ser transformada a partir da atuação dos oprimidos conscientes de sua tarefa libertadora (FREIRE, 1987). Portanto a Educação Popular por ser uma educação do povo, com o povo e para sua libertação, é contra hegemônica, tornando-se um caminho possível e extremamente necessário para a formação de uma nova cultura libertadora de homens e mulheres conscientes e atuantes para a produção de uma nova organização do espaço agrário brasileiro.

O presente ensaio traz alguns elementos para se pensar a realidade agrária brasileira, a partir de sua historicidade e das questões gritantes que são conseqüências do processo excludente da reprodução capitalista. Por outro lado, aponta alguns princípios da Educação Popular e sua importância e urgência para a formação do povo camponês (e da massa popular em geral), que tem como tarefa principal atuar conscientemente e dialogicamente para a transformação dessa sociedade rumo à justiça social no campo e na cidade.

Referências

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento da capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil (O debate tradicional – 1500-1970)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.